

Em seminário, CUT propõe segurança cidadã, democrática e antirracista para o país

Na tarde desta quarta-feira (12), a CUT deu um passo importante para ampliar sua participação no debate sobre segurança pública ao realizar o 3º Seminário sobre Democracia, Segurança e Direitos Humanos. O encontro reuniu dirigentes, especialistas e profissionais do setor para discutir propostas que articulem proteção da população, valorização dos trabalhadores, democracia e respeito aos direitos humanos.

O seminário atende a uma deliberação da 17ª Plenária Nacional da CUT e integra o processo de construção da pauta programática da Central para as eleições de 2026. A iniciativa também reforça a segurança pública como uma questão diretamente ligada à vida da classe trabalhadora, tanto de quem enfrenta a violência no cotidiano quanto de quem atua profissionalmente na área.

Durante o encontro, a CUT lançou o Coletivo Nacional de Segurança Pública. O novo espaço deverá mobilizar trabalhadores cutistas de diferentes segmentos, organizar suas reivindicações e ampliar a participação das cate-



gorias na formulação de propostas para uma transição democrática na segurança pública.

A criação do coletivo também representa uma aproximação mais permanente entre o movimento sindical e categorias que nem sempre são reconhecidas como parte da classe trabalhadora. Policiais, guardas municipais, profissionais da perícia, trabalhadores das políticas penais e da segurança privada enfrentam problemas relacionados a salário,

jornada, carreira, previdência, assédio, saúde mental e condições de trabalho.

Ao mesmo tempo, essas categorias atuam em uma área marcada por disputas políticas e diferentes concepções sobre o papel do Estado. No seminário, os participantes defenderam que os profissionais não sejam chamados apenas para executar as políticas de segurança, mas também participem de sua formulação.

Fonte: Cut.org.br/noticias



PL 1.893/2026: luta continua pela aprovação do projeto original

Após retirada de pauta na Câmara por falta de consenso com entidades e centrais sindicais, Condsef/Fenadsef reforça mobilização em defesa da negociação coletiva e da representação legítima dos trabalhadores

[Matéria completa em condsef.org.br](http://matéria completa em condsef.org.br)

Encontro marca luta contra o confisco das aposentadorias e criação de auxílio-nutrição

A luta contra o confisco das aposentadorias e pela criação de um auxílio-nutrição para servidores públicos aposentados e pensionistas foi destaque no 20º Encontro Nacional de Aposentados e Pensionistas do Serviço Público, promovido pelo Movimento dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (Mosap). A Condsef/Fenadsef participou da atividade que aconteceu nessa quarta-feira, 12 de agosto, e lotou o auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, reunindo servidores, aposentados, pensionistas, dirigentes sindicais e parlamentares.

O encontro também integrou o calendário da Jornada de Luta que acontece ao longo dessa semana, em Brasília, em defesa da negociação coletiva no setor público e pela aprovação do texto original do PL 1893/26.

Os participantes aprovaram uma caminhada até a Presidência da Câmara dos Deputados para entregar ao presidente Hugo Motta reivindicações em defesa do apensamento da PEC 6/2024 à PEC 555/2006. Esse é um procedimento no Congresso para unir duas propostas, neste caso sobre o fim da contribuição previdenciária de servidores públicos aposentados, acelerando a tramitação para que passem a tramitar juntas e possam ir direto ao Plenário da Câmara. A PEC 6/24 prevê a isenção da contribuição previdenciária para aposentados por incapacidade permanente e a redução gradual das contribuições dos demais aposentados e pensionistas.

A mobilização chama atenção para os efeitos da Emenda Constitucional 103/2019, a reforma da Previdência, que passou a permitir a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas do serviço público que recebem abaixo do teto do INSS. Para os participantes, essa cobrança representa um ataque à renda e à dignidade de quem já cumpriu sua trajetória profissional.

A preocupação também envolve a PEC 66/2023, que prevê a aplicação

automática de regras previdenciárias da reforma de 2019 a estados e municípios que ainda não adotaram essas mudanças. A luta contra o chamado “confisco” também está no Supremo Tribunal Federal (STF), onde pontos da reforma da Previdência estão sendo questionados.

Pressão sobre Congresso, governo e STF

Durante o encontro, parlamentares reforçaram a necessidade de ampliar a mobilização para garantir a reversão do confisco.

A deputada Fernanda Melchionna (Psol-RS) classificou a cobrança sobre aposentados como um “absurdo” e uma medida inconstitucional. Para ela, trata-se de um sacrifício imposto a trabalhadores que já não possuem paridade. A parlamentar defendeu pressão sobre Congresso, governo e Judiciário.

A deputada Erika Kokay (PT-DF), candidata formal ao Senado pelo Distrito Federal, resumiu a reivindicação dos aposentados em uma frase: “Apenas já”. Segundo ela, há urgência em corrigir uma injustiça e garantir os direitos de aposentados e pensionistas de todo o país.

Para Erika, o momento é de mobilização para acabar com o confisco dos rendimentos de quem segue contribuindo para a construção de um país mais justo e igualitário.

A deputada Luciene Cavalcante (Psol-SP) afirmou que 2026 deve ser o ano de encerramento do confisco. “Vamos lutar pelo direito que mais foi atacado desde 1988, que é o direito a uma aposentadoria digna dos servidores públicos”, declarou.

“O confisco é inconstitucional”

A representante da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Maria Lúcia Fattorelli, também destacou a importância da mobilização e da pressão sobre o STF e o presidente da Câmara.

Segundo Fattorelli, a cobrança previdenciária sobre aposentados é in-

constitucional e vem sendo questionada por diferentes ações. Ela também relacionou a discussão previdenciária ao sistema da dívida pública e à destinação de recursos para o pagamento de juros e amortizações.

Para a representante da ACD, a mobilização precisa continuar porque os interesses do mercado financeiro seguem influenciando o debate sobre a Previdência e sobre o serviço público. Ela alertou ainda para propostas que ampliam a cobrança previdenciária e elevam a idade de aposentadoria.

Auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas

Outro tema de destaque no encontro foi a proposta de criação de um auxílio-nutrição para servidores públicos aposentados e pensionistas.

A reivindicação é uma prioridade da Bancada Sindical e já foi apresentada ao governo e debatida na Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

No dia 30 de julho, a Condsef/Fenadsef também solicitou apoio ao Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) para fortalecer a pauta. Os representantes do Conselho assumiram o compromisso de incluir o tema em sua pauta oficial, com o objetivo de buscar caminhos jurídicos e políticos para apoiar a reivindicação.

A ideia é criar uma política pública específica para aposentados e pensionistas, considerando as necessidades próprias do envelhecimento e o direito à segurança alimentar.

Para a Condsef/Fenadsef, a valorização do serviço público precisa alcançar todas as etapas da vida funcional. Quem dedicou anos ao atendimento da população também deve ter seus direitos, sua dignidade e sua segurança alimentar assegurados na aposentadoria.

[Matéria completa em condsef.org.br](http://matéria completa em condsef.org.br)